

## **Elementos do Materialismo Histórico para uma Análise das Relações entre Cidadania e Comunicação na Amazônia<sup>1</sup>**

James León Parra MONSALVE<sup>2</sup>

Rosa Elizabeth Acevedo MARÍN<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Resumo**

O estudo de processos comunicacionais e suas relações com a cidadania continua a ser instigante. As particularidades regionais da Amazônia fazem-no mais evidente e, com certeza, desafiante. Neste contexto, o materialismo histórico, notadamente as categorias 'modo de produção' e 'formação social', fornece elementos teórico-metodológicos que orientam o exame científico social das ligações entre comunicação e cidadania.

**Palavras-chave:** Amazônia; comunicação; cidadania; materialismo histórico; democracia.

### **Introdução**

Os avanços tecnológicos das últimas décadas, sobretudo em matéria de informação e comunicação, têm interconectado nosso planeta como nunca antes. Isto se aplica também para setores isolados da Amazônia, onde os sinais dos satélites atingem a superfície duma região reconhecida mundialmente pela sua diversidade natural e cultural.

A abrangência desses avanços reflete-se também no crescente interesse pelo estudo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na pós-graduação brasileira. Segundo resultados de pesquisa apresentados na 64<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, observa-se um maior interesse no Brasil pela pesquisa em TICs a partir dos anos 2004-2005; uma tendência que aumenta nos últimos anos, atingindo um maior nível desde 2010, e sendo desenvolvidas mormente nos maiores centros políticos e urbanos do país (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, etc.);<sup>4</sup> é de se anotar mesmo o aparecimento de instituições e cidades do Nordeste nesse tipo de estudos, fora do eixo Brasília-São Paulo-Rio de Janeiro (MONSALVE; MARÍN, 2012).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O texto recolhe alguns dos elementos teórico-metodológicos do projeto de pesquisa “Organizações Regionais Indígenas, Cidadania e Tecnologias de Informação e Comunicação na Amazônia”, desenvolvido como quesito do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

<sup>2</sup> Comunicador Social e Mestre em História. Doutorando do Programa em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA-UFPA, bolsista CAPES, e-mail: [jlpm@ufpa.br](mailto:jlpm@ufpa.br)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA-UFPA, e-mail: [ream30@hotmail.com](mailto:ream30@hotmail.com)

<sup>4</sup> Dentre 1.433 pesquisas com o assunto "TICs", disponíveis digitalmente no Banco de Teses da CAPES a maio de 2012, foram selecionadas 80 dissertações (76%) e teses (24%), relacionadas especialmente com ciências sociais e humanas, com recorte temporal entre 2001 e 2010. Nessa seleção revelou-se uma proeminência de aspectos políticos, sociais e educacionais nas análises, mais da metade delas feitas nos estados de São Paulo (22), Distrito Federal (15) e Rio de Janeiro (11). Das 80 pesquisas 19 foram concluídas em 2010, sendo esse o ano com maior número de trabalhos de pós-graduação (*stricto sensu*) finalizados naquele período.

Justifica-se assim a transcendência da realização de análises científicas que deem conta dos novos modos de comunicação e sua inserção no contexto regional amazônico, para além dos olhares provenientes dos centros mais tradicionais de produção científica do país. Com essa justificativa no horizonte, sugerem-se aqui alguns elementos teórico-metodológicos, decorrentes do materialismo histórico, passíveis de contribuir para o estudo da comunicação e sua relação com a cidadania e a democracia na Amazônia, região dividida por oito países sul-americanos e um departamento francês.

### **Modos de Produção e Formação Social na Amazônia**

A relação entre conhecimento e realidade é fundamental para a prática científica. Daí que o materialismo histórico sublinhe o primado do ser em relação à consciência pois, em palavras de Engels (2005, p. 15, itálico do autor), “*Não se pode separar o pensamento da matéria que pensa.*” Desconsiderar essa relação dialética, em favor de só um de seus lados implicaria, conseqüentemente, o retorno ao idealismo ou ao empirismo. Pressuporia uma redução e uma simplificação inadequadas à determinação do ser.

O materialismo ou realismo marxiano assinala a aceitação da evidência dos sentidos unida à convicção da existência do mundo exterior, independente de qualquer observador, e Marx procura distingui-lo do materialismo mecanicista que enxerga o ser humano como uma máquina ou que reduz o seu comportamento às leis da física e da química (MAYO, 1960). Mas, perguntar-se-ia por que 'materialismo histórico' e não simplesmente 'materialismo'? Engels (op. cit., p. 20) usa a expressão 'materialismo histórico'

para designar essa concepção dos roteiros da história universal que vê a causa final e a causa propulsora decisiva de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em diferentes classes e nas lutas dessas classes entre si.

Engels (ibidem, p. 66) excetua ao estado primitivo dessa dinâmica de luta de classes, relativa às relações econômicas duma determinada época, e considera a estrutura econômica como a base real da sociedade na história, cujas propriedades explicariam sua superestrutura, articulada em instituições jurídicas e políticas, além de ideologias de cunho religioso, filosófico, etc. Ressalta-se ainda que a

concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na

idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época de que se trata. (Ibidem, p. 69, grifo do autor).

O grifo dado nesse parágrafo às palavras 'filosofia' e 'economia' alerta para o cuidado de entendê-las no arcabouço materialista histórico. Assim sendo, as determinações e mudanças do ser social não devem ser pesquisadas só nas consciências individuais ou na ideologia mas, fundamentalmente, na estrutura, base primeira duma sociedade, representada pelas forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) e relações de produção, o que, em síntese, é o modo de produção (e reprodução).

É de se lembrar que a expressão 'modo de produção' é uma abstração que não refere uma sucessão de etapas históricas e sim uma forma de enxergar as maneiras em que o ser humano transforma a natureza e a si mesmo. Amin (1976, p. 13 et seq.) destaca cinco modos de produção: (1) primitivo-comunal; (2) tributário; (3) escravista; (4) comercial simples; e (5) capitalista. O autor afasta-se do *mainstream* marxista ao considerar os modos asiático e feudal dentro do mais amplo modo tributário de produção. Este modo desenvolveu-se na América pré-colombiana entre os Inca, os Asteca e os Maia, sendo comparável com a grandeza que atingiu no Egito e na China, e o seu desenvolvimento foi mutilado na América pela conquista espanhola, a partir do século XVI, dando lugar a formações específicas da periferia do capitalismo mercantil (ibidem, p. 57).

No entanto, ao se analisar uma região como a Amazônia, esse esquema deve-se revisar. Portanto, considera-se pertinente adicionar um modo que, mesmo podendo ser anterior ao primitivo-comunal, ainda existe em alguns setores amazônicos. Denomina-se 'extrativo', fazendo-se a ressalva de não confundi-lo com o extrativismo que praticam na atualidade algumas populações tradicionais, como as de castanheiros ou seringueiros.

Este modo 'extrativo' é praticado especialmente pelas tribos isoladas, tais como os Nukak Maku, na Colômbia, ou os Awá, no Brasil. É característico de povos caçadores-coletores, geralmente nômades. Pelo seu conhecimento ambiental e a capacidade incipiente de transformar a natureza, existe já um domínio específico sobre ela. Este modo de produção pode ser chamado 'extrativo' pois sua realização e desenvolvimento são baseadas na extração de recursos naturais, sem domesticação de animais nem lavouras de algum tipo.

Nele a produtividade decorre essencialmente dos ciclos naturais, mesmo que o trabalho esteja presente como atividade que humaniza e a reforça. Neste modo é crucial a feitura de arcos, flechas, lanças, zarabatanas, armadilhas, cestos, enfim, toda classe de objetos adequados tanto para a pesca e a caça quanto para a coleta de alimentos silvestres; existe já a língua, meio de transmissão do saber-fazer fogo, venenos, abrigos temporais

(com galhos, cipós e folhas), redes e toda sorte de adornos corporais (com fibras de palma, penas, cascas e outros produtos naturais).

Outra característica desta forma é a necessidade de grandes áreas de floresta para sua concreção, devido às exigências de restauração natural dos estoques de recursos naturais usados pelos grupos que o praticam. Segundo seu caráter nômade, cada certo tempo eles estão mudando o seu lugar de extração e residência, conforme esses estoques começam a se esgotar. Não obstante, nesse tempo em que deixam de habitar algum local, novos filhotes, alevins, palmeiras, árvores, cogumelos, insectos, etc., crescem naturalmente nesses sítios, permitindo a renovação paulatina dos estoques.

Não pretende-se aprofundar mais aqui sobre esta proposta de modo de produção. Basta, por enquanto, frisar a importância de se considerá-la e compreendê-la no campo dos estudos científicos sobre a maior região úmida tropical do mundo. Então, acrescentando a classificação feita por Amin, ter-se-iam seis modos pertinentes à análise da região: (1) extrativo; (2) comunal; (3) tributário; (4) escravista; (5) comercial simples; e (6) capitalista. Ao longo da história amazônica tais modos têm tido mais ou menos importância.

Deve-se assinalar ainda que tais modos não têm existido em estado puro e sim 'formações' sociais que os combinam e que organizam ligações entre sociedades locais e outras sociedades, expressadas em relações comerciais de longa distância (ibidem, p. 16). Portanto, é pertinente nos perguntarmos sobre a formação social específica da região amazônica, influenciada amplamente hoje pelo modo capitalista de produção.

Em nossos dias, a região aparece geograficamente como sendo parte do território nacional de oito países sul-americanos e um europeu: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil (América do Sul), e Guiana Francesa (Europa). Quando localizados os povos indígenas nesse quadro de estados nacionais ocidentais, entende-se a conclusão de Clastres (1990) considerando que a história deles seria a da sua luta contra o Estado. Certamente uma conclusão que se aplica para a contemporaneidade, mas que não leva em conta a especificidade mesma da formação social amazônica; formação que esconde uma história, infelizmente apagada de maneira sistemática pelos europeus desde os encontros civilizacionais de finais do século XV e começos do XVI.

Isto nos leva para uma nova compreensão sobre a formação social amazônica. Ainda hoje, a história pré-colombiana está a ser descoberta em aspectos que contribuiriam, sem dúvida, para melhor conhecer as dinâmicas próprias da configuração da região amazônica ao longo do tempo. Pode-se dizer que os vestígios materiais e imateriais deixados pelas culturas aqui assentadas ajudam nesse sentido.

É o caso das montanhas de transição andino-amazônicas, cercadas por afluentes da bacia amazônica, como o rio Urubamba, onde conservam-se vestígios de cidades incaicas. A mais importante delas, Cusco, foi capital do Estado Inca. E a uns 110 quilômetros ao noroeste dela, localiza-se a não menos famosa Machu Picchu. A diversidade de construções nessas localidades, que incluem escadas, sendeiros, ruas, templos, moradias, praças, sistema de abastecimento de água, portões de acesso, terraços para cultivos, pontes, etc., revela o desenvolvimento, nessa parte da Amazônia, de um modo de produção mais avançado do que o extrativo ou o comunal, atingindo mesmo a forma de organização estatal. Isto indica que existiu uma divisão em classes sociais típica dessa forma organizacional: governantes que apropriavam-se dos recursos naturais a sua disposição e do trabalho de seus governados. Só assim pode-se explicar a magnitude das obras construídas ou aprimoradas ao longo dos territórios do Estado incaico, a partir da forma tributária de produção.

Uma amostra dessas empreitadas para aperfeiçoar as vias de comunicação entre os diversos setores da jurisdição incaica<sup>5</sup> foi o *Qhapaq Ñan* ou Caminho Inca, recentemente tombado pela UNESCO como patrimônio mundial. Trata-se de uma rede de sendeiros e caminhos de pedra espalhados por áreas de seis países sul-americanos: Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Segundo essa organização da ONU, a obra representa uma expressão da capacidade de organização e planejamento da força de trabalho ali existente, a qual contribuiu na unificação física e organizacional do território incaico (UNESCO, 2014). No bojo desses desenvolvimentos, Machu Picchu pode ser considerada como centro que interligava e dinamizava a troca de produtos entre setores amazônicos do *Tauantinsuiu* e as altas planícies andinas de Cusco e arredores.

Mas, não só as obras materiais mostram o avanço civilizacional atingido pela formação social incaica. Língua, usos, crenças e costumes influenciaram a vida cultural dos povos indígenas descendentes ou que tiveram contato com aquela formação. A conservação, circulação e troca de informação desenvolveu-se nos seus domínios graças ao sistema de *quipus* (cordas de algodão ou lã que, com diversos nós e cores, representavam diferentes informações) e *chasquis*, pessoas encarregadas de levar produtos e informações desde o Cusco para todos os territórios incaicos e vice-versa. Para comunicar e informar eram usados também instrumentos como o *botuto* (concha-rainha), cujo som chamava a reuniões ou cerimônias ou era um aviso que dava notícias de diverso tipo.

---

<sup>5</sup> As regiões dessa jurisdição são conhecidas como *suius* na língua quíchua. O *Tauantinsuiu*, a totalidade dos territórios com abrangência incaica, era conformado por quatro *suius*: *Chinchaisuiu* (norte), *Qullasuiu* (sul), *Antisuiu* (leste) e *Cuntisuiu* (oeste).

Em geral, a sociedade incaica conseguiu um amplo domínio nos setores ocidentais da bacia amazônica, antes da chegada dos espanhóis, com um predomínio do modo tributário de produção. As transformações obtidas a partir desse modo podem ser enxergadas até hoje nos vestígios materiais e imateriais, decorrentes dessa civilização indígena sul-americana. Já nos setores centrais e orientais da bacia, desenvolveram-se outras sociedades indígenas<sup>6</sup>, onde sugere-se um predomínio dos modos de produção extrativo e comunal, adaptados muito bem à imensidão da floresta. Os rios converteram-se nos seus principais meios de comunicação e a mandioca no seu alimento base.

Com o arribo dos europeus, especialmente a partir do século XVI, a região passou por novas transformações. O antigo Estado incaico foi arrasado nesse primeiro século de conquista e à igreja foi deixada a tarefa de reduzir os indígenas à vida cristã, em aldeias e vilas, ao longo das ribeiras dos principais rios amazônicos. Nesses idos a região passou a ser enxergada pelos europeus como fonte de riquezas naturais, notadamente das chamadas 'drogas do sertão', especiarias alimentícias, medicinais, aromáticas, etc., que foram coletadas primeiramente graças às mãos indígenas. As línguas autóctones (como o aimara, o quíchua e o tupi-guarani) foram estudadas pelos missionários e esse conhecimento facilitou a posterior interação de colonizadores e indígenas. E até chegou a se difundir uma língua franca amazônica, conhecida como a 'língua geral', derivada principalmente do tupi. No entanto, favoreceu-se posteriormente uma política de interdição sobre as línguas nativas, em prol do uso do espanhol e o português como idiomas oficiais. Desde essa época o mito do *El Dorado*, paraíso pleno de riquezas naturais, tem alimentado o imaginário estrangeiro sobre a região. No entanto, é até o século XIX que ela vai entrar firmemente no cenário do capitalismo industrial com o ciclo da borracha.

Um dos produtos mais destacados da revolução industrial, a navegação a vapor, intensificou o intercâmbio comercial entre os continentes. E a Amazônia foi colocada como a primeira grande fornecedora de borracha para uso industrial, proveniente das suas grandes extensões naturais de seringueiras. Foi o tempo em que cidades como Belém e Manaus, no Brasil, e Iquitos, no Peru, tiveram o seu maior crescimento. No entanto, continuavam a ser territórios distantes, afastados dos centros comerciais e políticos, quase outro país dentro do país, pelo que se chegou a dizer que Iquitos ficava mais próximo de Paris do que de Lima.

Foi nessa época que a colonização na Amazônia ganhou um dos seus maiores picos. Uma grande quantidade de mão-de-obra indígena e nordestina foi usada para a extração do látex, num regime denominado de 'aviamento', por meio do qual eram adiantados víveres,

---

<sup>6</sup> Um interessante estudo de Souza (2002) caracteriza, por exemplo, o sistema doméstico de produção nas sociedades Guaraní pré-colombianas.

ferramentas e diversas provisões, que mantinham essa população em constantes dívidas a serem pagas aos aviadores com borracha. Durante esse tempo muitas tribos consolidaram seu contato com a civilização ocidental, ao trabalharem intensamente para receber em troca sal, açúcar, arroz, machados, roupa, facas, anzóis, etc., ou ao experimentarem o trânsito de barcos a vapor e o barulho das armas de fogo. Um processo não isento de violência e força por parte de capatazes e chefes de barracões, interessados só na produção do látex para as companhias exportadoras e que incompreendiam o modo de vida indígena. O ciclo da borracha vai se extinguir depois de 1912, quando os cultivos de seringas na Ásia tornaram improdutiva a coleta do látex no interior amazônico.

Na segunda metade do século XX a região viveu um novo processo de colonização, o qual teve maior força na Amazônia brasileira. Novas rodovias ligaram-na com o país, em especial com a construção das estradas Belém-Brasília e a Transamazônica. Na Colômbia, os territórios amazônicos foram abertos para a exploração de petróleo, no Putumayo, desde a década de 1960, junto ao incentivo estatal dado então à colonização dessas áreas. Em geral, com a consolidação do chamado desenvolvimentismo, a região passou a ser espaço de grandes projetos de infraestrutura, hidreletricidade, pecuária e agroindústria. Como consequência dessas dinâmicas o desmatamento e o crescimento populacional têm-se incrementado exponencialmente durante as últimas décadas.

Nesse tempo incrementaram-se também as lutas pela reivindicação de direitos das populações indígenas. Na atualidade, praticamente todas as constituições políticas dos países sul-americanos, com jurisdição em áreas amazônicas, reconhecem legalmente os direitos desses povos. Em decorrência disso, tais países começaram um processo de demarcação de terras historicamente habitadas por povos indígenas, o qual é desenvolvido até hoje, ainda que nos últimos anos essa demarcação tenha minguado substancialmente.

É nesse cenário, mesmo no interior amazônico, que o capitalismo tem se consolidado como modo de produção dominante, mas, coexistindo ali com outros modos como o extrativo, o comunal e o comercial simples. Em face dessa trajetória apresentada, pode-se dizer com Amin (op. cit., p. 296) que, nas formações sociais americanas pós-conquista, a exploração teve variadas maneiras, todas elas ao serviço do nascente capitalismo europeu, produzindo para o mercado, pelo qual não se podem confundir com os verdadeiros modos feudal ou escravista de produção.

Foi justamente desse período mercantilista que o continente americano herdou as principais características que tem atualmente na estrutura econômica mundial: capitalismo agrário de tipo latifundiário, junto a uma burguesia mercantil local e uma pequena

comunidade urbana de artesãos, oficiais, domésticos, etc. (ibidem). Ao longo do século XIX essas estruturas consolidaram-se, ali se integrando a Amazônia com o ciclo da borracha, e a Inglaterra estabeleceu-se como potência hegemônica. No século XX os investimentos em indústrias de petróleo e minas, além dos processos de substituição de importações, formaram um incipiente proletariado e uma parte de capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia comercial crioula investiram no desenvolvimento de áreas urbanas (ibidem, p. 297). Depois da Segunda Grande Guerra o desenvolvimentismo veio a tona e a proeminência dos Estados Unidos consolidou-se mundialmente.

Segundo Amin as quatro características gerais das formações sociais periféricas atuais são:

- (1) the predominance of agrarian capitalism in the national sector;
- (2) the creation of a local, mainly merchant, bourgeoisie in the wake of dominant foreign capital;
- (3) a tendency toward a peculiar bureaucratic development, specific to the contemporary periphery; and
- (4) the incomplete, specific character of the phenomena of proletarianization. (Ibidem, p. 333).

Nessa caracterização teria de se agregar o predomínio da acumulação por espoliação que vivem amplos setores amazônicos pelo processo de transformação (jurídico e material) da terra, seja para grandes empreendimentos agroindústrias, mineiros ou de infraestrutura. Consideram-se a seguir alguns aspectos relativos a cidadania e comunicação.

### **Aspectos da Cidadania em Face da Comunicação**

Ao se procurar o sentido do conceito cidadania no Grupo de Pesquisa 'Comunicação para a Cidadania' da Intercom, Lahni e Lacerda (2013, p. 284) resumem-no como o: “Exercício e luta pela manutenção e ampliação de direitos.” A partir duma perspectiva histórica, entende-se o caráter imprescindível dos direitos civis, políticos e sociais,<sup>7</sup> aos quais é fundamental somar, “como eixo articulador e problematizador, o direito à comunicação”, compreendida esta “como força para a busca e a conquista desses espaços, bens e serviços que suprimirão, por exemplo, a carência de reconhecimento de identidade, respeito à diferença, ou moradia, educação e outras condições básicas.” (Ibidem, p. 285).

Desde uma perspectiva jurídica a cidadania é,

- (...) um termo que podemos considerar como descritivo de uma realidade social, que denota a existência de facto de um direito consagrado constitucionalmente e defendido através de instituições jurídicas e políticas, ou como um termo de índole prescritiva, quando através dele se enuncia um modelo de Cidadania definido pelo próprio Estado, através do seu governo. (MORGADO, 2010, p. 51).

<sup>7</sup> Segundo a definição clássica de Marshall (1967 apud POSSEBON; NOGUEIRA, 2010, p. 10) a cidadania é “a participação integral do indivíduo na comunidade política e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos para com o Estado, em que cidadão seria aquele que detém os três direitos: civis (liberdade individual), políticos (participação política ampla) e sociais (bem estar).”

Contudo, o modelo de cidadania não é somente definido pelo Estado, pois ela também pode-se enxergar como uma perspectiva, já que

Ser ‘cidadão de um país’, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. (SANTOS, 2000, p. 54).

Revalorização e adequação muito pertinentes no caso amazônico, pois esse estatuto político dos lugares, do local, tem se transformado com o desenvolvimento do capitalismo. É claro que as lutas pelos direitos locais estão na base organizacional indígena e na sua agenda, pois, mesmo tendo os direitos consagrados em constituições e leis, sua aplicação concreta exige múltiplos esforços por parte dos setores envolvidos nessas reivindicações.

Fala-se também hoje duma cidadania planetária. Mas, essa “cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada.” (IANNI, 1995, p. 109). Como uma virtualidade, decorrente duma ética mundial, que bem poder-se-ia alicerçar nos amplos fluxos de informação e mais eficazes instrumentos de comunicação atuais. Contudo, os aspectos jurídicos, tecnológicos ou filosóficos da cidadania, não dão conta de uma inserção certa das culturas e das sociedades indígenas nos espaços políticos republicanos.

Segundo Gudynas (2004, p. 233), na região latino-americana ainda há uma cidadania muito restringida à participação política ou de mercado, deixando de lado sua “presença em diferentes espaços coletivos, onde a pessoa converte-se num sujeito que responsabilmente aporta na construção das estratégias de desenvolvimento.” O que constitui um exercício cidadão imperfeito, pois a “cidadania implica recuperar essa capacidade de protagonizo para poder tomar decisões, e não ficar reduzidos a meros objetivos passivos. Quando estes aspectos não se cumprem, e ainda sob regimes democráticos que permitem o voto, o exercício cidadão é incompleto.” (Ibidem).

A cidadania, sem essa 'capacidade de protagonizo' para a tomada de decisões, vem perdendo sentido na esfera pública atual. Sentido que tem sido procurado em expressões como 'cidadania étnica', a qual marca a diferença respeito da sociedade nacional ao se reconhecerem manifestamente os povos como sujeitos de direito. Uma perspectiva cidadã que valoriza os anseios históricos dos movimentos sociais indígenas pelo acesso à terra e o respeito pelo direito costumeiro. Anseios que espalham-se pela América Latina, onde “(...) existem reclamos e demandas de comunidades, organizações e movimentos indígenas que podem ser chamados de 'cidadania étnica'.” (LEYVA SOLANO, 2007, p. 52); reclamos que

questionam os fundamentos liberais dos estados latino-americanos e obrigam revisitar as categorias e sistemas de pensamento.

A expressão 'cidadania étnica' começa a ser usada na década de 1990 pelos cientistas sociais Andrés Guerrero (Equador), Rodrigo Montoya (Peru) e Guillermo de la Peña (México). Nesses idos, Guerrero perguntava-se se o Estado equatoriano possibilitaria uma reformulação, alicerçada na cidadania étnica ou pluri-nacional, a través do vínculo entre estado-nação e povos indígenas, na qual estabelecer-se-iam direitos e deveres formalizados na lei (Ibidem). A expressão seria usada para referir-se ao alcance que as demandas indígenas começavam a ter no contexto nacional, em países que reconheciam (ou reconheceriam) constitucionalmente os direitos humanos e do cidadão, os quais cimentavam juridicamente essas reclamações dos povos, como sujeitos de direito.

Não obstante, como tem colocado Hale (2002, p. 521), essas reformas multiculturais não estão focadas primariamente na retificação da injustiça histórica pelos direitos cidadãos estabelecidos; mais do que isso, elas envolvem novos direitos afirmativos e a implantação de uma nova relação entre esses grupos e o resto da sociedade. Trata-se de uma mudança influenciada pela onda de democratização da década de 1980 e as dinâmicas neoliberais de aceitação limitada de direitos dos povos. Tem-se argumentado então que os movimentos pelos direitos culturais devem ocupar os espaços abertos pelo multiculturalismo neoliberal, a menos que isso não seja parte de uma estratégia bem desenvolvida, orientada para a resistência centrada em uma alternativa política bem concebida (ibidem, p. 522).

Mas, os riscos da aceitação acrítica das políticas democráticas liberais, têm sido já assinalados na sua relação com a comunicação. Por exemplo, para Possebon e Nogueira (2010, p. 7), a análise de diversos autores sobre a esfera pública em sociedades como as latino-americanas, “encontra-se, na maioria dos casos, distante de aspectos da história e da própria constituição das condições, estruturas de classe e das instituições sociais que integram ou circundam essa categoria, como democracia, estado, cidadania e a própria modernidade.” Mais especificamente, pode-se dizer que

(...) a possibilidade de diálogo e argumentação que levariam, na teoria da ação comunicativa, a uma relação democrática, a um consenso resultado de ações democráticas, só se torna possível com igualdade de condições entre os sujeitos, o que não é possível, a não ser em tese, no caso nas sociedades capitalistas, marcadas pelas desigualdades e pelas contradições próprias das concepções liberais que trazem, entre as mais visíveis, a contradição entre igualdade formal, expressa por direitos e deveres e a desigualdade real, concreta, de possibilidades. E a explicitação dessa desigualdade, inerente a diferentes aspectos das sociedades contemporâneas, tem justamente nos mecanismos de comunicação social e coletiva um de seus mais gritantes exemplos. (Ibidem, p. 5).

Essa perspectiva crítica está se consolidando também na comunicação. Neste campo assiste-se a uma ruptura “com o antigo paradigma que restringia o processo comunicacional a uma ação (emissor) e uma reação (receptor), como também com o de se contentar somente com o acréscimo de elementos a esse processo.” (SILVA, 2013, p. 223). Hoje ele é enxergado como um processo circular e aberto, como um redemoinho que carrega consigo traços de pessoas e coisas, numa engrenagem movimentada pelo encontro de seus eixos; “quando adquire sentido para quem o vivencia.” (Ibidem).

Revisita-se a seguir o sentido da cidadania, sob o prisma do materialismo histórico, antes de serem feitas algumas considerações finais.

### **Revisitando o Sentido da Cidadania sob a Ótica do Materialismo Histórico**

Segundo Wood (2000), a crítica da economia política, assim como as descobertas do materialismo histórico, têm sido tergiversadas ao se tratarem as leis do capitalismo como se fossem leis universais da história. Dessarte, a crítica do capitalismo

requires not only adaptations to every transformation of the system but a constantly renewed critique of the analytic instruments designed to understand it. There can never have been a time since Marx's day when such a task needed doing more urgently, as more and more branches of knowledge, both in cultural studies and in the social sciences, are absorbed into the self-validating assumptions of capitalism or at least into a defeatist conviction that nothing else is possible. (Ibidem, p. 4).

Tarefa desenvolvida, em parte, na primeira seção deste texto, com o intuito de se evitar uma perspectiva de determinismo tecnológico, e se considerando que o materialismo histórico foca-se na especificidade de cada modo de produção, sua lógica endógena de processo, suas tendências, suas crises características, em síntese, suas regras de reprodução (ibidem, p. 121). Feitas essas considerações, é preciso agora revisitar o sentido de cidadania, em relação com suas origens e a contemporaneidade.

A organização social em variantes 'burocrático-redistributivas' ou 'tributárias' do estado, existiram desde as mais avançadas civilizações da antiguidade, onde um corpo governante apropriava-se do trabalho comunitário excedente; mas, na Grécia ateniense, surgiu uma forma de organização unindo senhores e camponeses numa comunidade cívica, distinta da imposição dum estado ou duma classe governante, articulando uma nova relação entre apropriadores e produtores, diferente das formas anteriores (ibidem, p. 188-189).

Na Atenas de Clístenes, a cidadania<sup>8</sup> determinava diretamente as relações econômicas, na democracia capitalista, pode-se dizer, que as últimas determinam a

---

<sup>8</sup> O termo 'cidadania' arrisca ainda ser pensado no marco da dualidade cidade-campo, urbano-rural, o que pode estar longe do horizonte democrático ateniense. Para evitar esse risco sugere-se considerar o vocábulo *politania*, ao se ponderar a condição ou qualidade do cidadão (*politão?*) na pólis ateniense, como o seu sinônimo.

cidadania. No capitalismo a desigualdade social e econômica e a exploração coexistem com a liberdade e a igualdade civis. Por seu lado, o pequeno produtor, que gozava também da condição cidadã na democracia ateniense, era, em grande parte, livre dos tributos que sujeitavam os produtores diretos nas sociedades pré-capitalistas: da depredação dos senhores 'devoradores-de-dádivas' de Hesíodo, da coerção da classe governante espartana, das obrigações que os senhores feudais impunham sobre os camponeses medievais ou das taxações do absolutismo europeu (ibidem, p. 202).

De outra parte, a maior mudança na redefinição dessa ideia ateniense de cidadania operou-se com a fundação dos Estados Unidos da América. No caso ateniense a democracia, longe do caso moderno, deve ser entendida em relação com o conceito de *isegoria*, o qual definia o direito de decisão cidadã na ágora. Mas, é nos Estados Unidos onde a antítese desta concepção concretizou-se na chamada democracia representativa:

We have become so accustomed to the formula, 'representative democracy', that we tend to forget the novelty of the American idea. In its Federalist form, at any rate, it meant that something hitherto perceived as the *antithesis* of democratic self-government was now not only compatible with but constitutive of democracy: not the *exercise* of political power but its *relinquishment*, its *transfer* to others, its *alienation*. (Ibidem, grifo da autora, p. 216).

Além do mais, o processo moderno que originou o capitalismo e o 'trabalhador livre', o cidadão, foi o mesmo por meio do qual o camponês foi espoliado e tirado da sua posse e da sua comunidade, junto aos seus recursos comuns e seus direitos costumeiros (Ibidem, p. 209). Muito diferente do modelo ateniense, onde a barreira entre cidade e campo inexistia, pois a aldeia foi a unidade constitutiva do estado e os camponeses verdadeiros cidadãos.

A pesar de a mudança do modo de produção feudal para o modo capitalista trazer novos poderes e direitos para os indivíduos isolados, os quais conformaram assim uma comunidade de cidadãos,

we cannot take the measure of their gains and losses without remembering that the historical presupposition of their citizenship was the *devaluation* of the political sphere, the new relations between the 'economic' and the 'political' which had reduced the salience of citizenship and transferred some of its formerly exclusive powers to the purely economic domain of private property and the market, where purely economic advantage takes the place of juridical privilege and political monopoly. The devaluation of citizenship entailed by capitalist social relations is an essential attribute of modern democracy. (Ibidem, p. 211).

Daí que a ênfase dada pela doutrina liberal ao fortalecimento da liberdade individual, como síntese da evolução histórica que levou à cidadania formal, seja enviesada, e que o desenvolvimento da política ocidental moderna (do absolutismo ao liberalismo e à

democracia liberal), ao contrário do que se acredita, apresente-se de forma reversiva: a democracia foi cooptada pelo liberalismo (ibidem, p. 229). Comparando esta situação com a da Grécia democrática, onde não houve 'liberalismo' nem constitucionalismo, governo limitado, direitos individuais ou liberdades civis, o estado não era uma entidade à parte da sociedade civil; é o liberalismo que teve como um de seus pressupostos fundacionais o desenvolvimento de um estado separado e superior a outras jurisdições mais específicas (ibidem), como a *deme* ou a comunidade.

Em conclusão, a autora assinala que “the capitalist market is a *political* as well as an economic space, a terrain not simply of freedom and choice but of domination and coercion.” (Ibidem, p. 290). Dessa maneira, a democracia teria de se reformular como categoria política e econômica, não em termos de uma simples 'maior igualdade da distribuição', mas como mecanismo que regula e dinamiza a economia.

### **TICs e Organizações Indígenas na Região Amazônica**

Assinala-se que a “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo.” (CASTELLS, 2002, p. 119). No entanto, mais do que produto desse processo, consideramos a informação como um complemento necessário, nunca fim, ligado certamente com a produtividade.

Segundo Castells (ibidem), a produtividade e a globalização baseadas em redes são lideradas pelo setor das TICs, que cria tecnologias inovadoras e conhecimento administrativo para a economia-mundo e a esfera financeira que estrutura um mercado global, eletronicamente conectado. O autor acredita na realização duma grande mudança na economia e a sociedade atuais, as quais estão se transformando segundo um novo modo de desenvolvimento denominado “informacionalismo” (ibidem, p. 203). As TICs representariam, portanto, uma dinâmica abrangente pois, como diz Lévy (2007, p. 12-13):

Lo que se identifica de manera vulgar bajo la denominación de 'nuevas tecnologías' recubre de hecho la actividad multiforme de grupos humanos, un devenir colectivo complejo que se cristaliza notablemente alrededor de objetos materiales, de programas informáticos y de dispositivos de comunicación.

As TICs, como base material e processo, convertem-se desse modo numa área central para se entender como é que essa dinâmica, que envolve a atividade humana e o desenvolvimento, está se desenrolando na Amazônia. A análise das relações entre comunicação e cidadania nesse contexto enxerga-se assim de outro modo, a partir das colocações feitas ao longo deste artigo. Na nossa pesquisa, relativa às reivindicações

cidadãs indígenas em face das TICs, encontraram-se avanços feitos nesse sentido pela Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (2012), AIDSESP, com seu programa do Centro de Informação e Planejamento Territorial, CIPTA. A informação produzida neste centro é chave para as reivindicações territoriais de povos indígenas da floresta amazônica peruana, o que contribui certamente para que não sejam desapossados da terra, meio de vida e produção necessário para sua existência. Essa informação territorial está assim diretamente relacionada com um exercício cidadão, ao se contrapor aos processos estatais e empresariais de definição de áreas territoriais passíveis de exploração pelo capital. A luta pela democracia adquire assim um matiz político-econômico que transcende o horizonte do direito ao voto ou da liberdade de opinião, resgatando o valor de não se separar os produtores dos seus meios de produção.

Pelo anterior, acreditamos que o materialismo histórico fornece pressupostos metodológicos de interesse para se estudar a informação e a comunicação na Amazônia. E, graças ao seu caráter interdisciplinar, fundamentado especialmente na história, na economia, na política e na sociedade, manifesta-se como uma perspectiva inovadora para além do determinismo tecnológico que homogeneiza o olhar sobre, por exemplo, as TICs.

Mas, sabemos mesmo que nossa pesquisa abrange só uma parte dessa totalidade que é a região amazônica. E aponta, certamente, para a compreensão dos fenômenos de informação e comunicação em organizações indígenas<sup>9</sup>, tendo como horizonte de ação os âmbitos democrático-capitalistas, nos quais é desenvolvida a discussão sobre a cidadania. Não obstante, como foi colocado, perduram no interior dessa região povos isolados e comunidades afastadas, a pesar do predomínio do modo capitalista de produção. Onde a natureza é toda ela fonte de informação; onde os sons do trocano (tambor feito de um tronco de árvore) ainda comunicam; onde as montanhas ecoam mensagens à distância; onde o ressoar do sopro no chifre de boi serve para chamar a uma reunião. Riqueza cultural que faz parte da formação social amazônica e que é mister estudar e compreender.

### Referências bibliográficas

AMIN, S. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. Trad. Brian Pearce. Sussex: The Harvester Press, 1976.

ASOCIACIÓN INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA. **Centro de Información y Planificación - CIPTA**. Disponível em: <[www.aidesep.org.pe/index.html?p=312.html](http://www.aidesep.org.pe/index.html?p=312.html)>. Acesso em: 12 nov. 2012.

---

<sup>9</sup> Além da AIDSESP, a nossa análise foca-se também na Confederação de Povos Indígenas da Bolívia, CIDOB, e na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- GUDYNAS, E. **Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible**. 5. ed. Montevideo: Centro Latino Americano de Ecología Social, 2004.
- HALE, C. R. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala. **Journal of Latin America Studies**, v. 34, n. 3, p. 485–524, ago. 2002.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LAHNI, C. R.; LACERDA, J. de S. Do que é feito o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. In: LAHNI, C. R.; LACERDA, J. de S. (Eds.). **Comunicação para a cidadania**: objetos, conceitos e perspectivas. São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 280–290.
- LÉVY, P. **Cibercultura**: La cultura de la sociedad digital. Trad. Beatriz Campillo; Isabel Chacón; Florentino Martorana. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.
- LEYVA SOLANO, X. ¿Antropología de la ciudadanía? ... étnica. En construcción desde América Latina. **Estudios sociales y humanísticos**, v. V, n. 1, p. 35–59, jun. 2007.
- MAYO, H. B. Dialectical Materialism: The Philosophy Underlying Marxism. In: MAYO, H. B. **Introduction to Marxist Theory**. New York: Oxford University Press, 1960. p. 29–62.
- MONSALVE, J. L. P.; MARÍN, R. E. A. **Pesquisas sobre tecnologias da informação e comunicação (TICs) no Brasil (2001-2010)**. In: 64 REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. São Luís, jul. 2012.
- MORGADO, I. S. Cidadania. In: CORREIA, J. C.; FERREIRA, G. B. (Eds.). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: LabCom, 2010. p. 43–53.
- POSSEBON, A.; NOGUEIRA, S. **Comunicação e cidadania**: diálogo necessário. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Caxias do Sul: INTERCOM, 2010.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SILVA, D. T. da. Construindo a comunicação por uma perspectiva cidadã: a participação popular, organizada e crítica, nos processos decisórios de mediatização da realidade no GT de 2009. In: **Comunicação para a cidadania**: objetos, conceitos e perspectivas. São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 197–230.
- SOUZA, J. O. C. de. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 211–253, dez. 2002.
- UNESCO. **Qhapaq Ñan – Camino Principal Andino**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/es/actividades/65/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- WOOD, E. M. **Democracy against capitalism**: renewing historical materialism. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.